

24 JUN 2014

FOLHA DE LONDRINA

Suspeitos de fraude em licitação do TC são soltos

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba - Todos os presos por envolvimento na suposta fraude na licitação das obras de ampliação do anexo do Tribunal de Contas (TC) do Paraná, em Curitiba, foram soltos ontem. Na sexta-feira, o coordenador geral do TC, Luiz Bernardo Dias Costa, já tinha deixado a prisão por meio de pagamento de fiança. E ontem, por volta das 10h30, os outros cinco suspeitos, entre eles o proprietário da Sial Construções Cíveis, Edemilso Rossi, também deixaram a Penitenciária Estadual de Piraquara II (PEP II), na Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

Conforme o Ministério Público (MP), o Grupo de Atuação de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) entendeu não ser necessário estender a prisão dos envolvidos. Segundo o braço do MP, as investigações estão concentradas na análise de todo o material apreendido durante o feriado de Corpus Christi.

As prisões foram realizadas na última quarta-feira, véspera do feriado. Segundo o MP, além das seis prisões, foram cumpridos onze mandados de busca e apreensão na empresa Sial, no TC e em residências das pessoas investigadas. Funcionários do TC também foram ouvidos

no Gaeco. As investigações foram iniciadas há aproximadamente três meses e apuram o pagamento de propina ao coordenador geral do TC feito por um empresário ligado à construtora Sial, que venceu a concorrência pública para a obra, orçada em R\$ 36,4 milhões.

EMPRESÁRIO DEIXA PSD

O empresário Edemilso Rossi, que ocupava o cargo de tesoureiro do PSD do Paraná, pediu desfiliação do partido ontem. Segundo a assessoria de imprensa da legenda, um representante de Rossi foi recebido pela Executiva e comunicou a decisão. O ex-secretário estadual de Esportes Evandro Roman já foi indicado para a tesouraria do PSD. (Colaborou Edson Ferreira/Reportagem Local)

24 JUN 2014

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

O fato novo

O fato novo não é a quinta disputa de Requião ao governo. Pelo amorismo do cavalo de Troia que os adesistas ao situacionismo armaram no PMDB não tivemos sequer uma disputa difícil quanto mais a “barbada” que prometiam. O fato realmente novo, numa perspectiva republicana, é a ação do Ministério Público, via Gaeco, na construção de mais um anexo do Tribunal de Contas. Quase se deu tal quando houve suspeitas de anomalias em edificação do Tribunal de Justiça, mas tudo, como sempre, ficou amarrado a meio caminho.

Normalmente há o império da cordialidade, nem sempre virtuosa, nessas relações intrapoderes, tanto que apenas órgãos externos se ocupam de apurar eventuais desvios aos cuidados do MP, Polícia e Justiça Federais ou Tribunal de Contas da União. E isso tanto é verdade que houve pasmo na praça quando o Superior Tribunal de Justiça e o Conselho Nacional de Justiça passaram a investigar se houve ou não tráfico de influência na eleição de Fabio Camargo como conselheiro do TC já que se presumia um clima de manipulação com a criação do Caixa Único e mais do que isso o acesso aos depósitos judiciais e isso sem falar nos fatores que levaram ao afastamento de Clayton Camargo da presidência do TJ.

Como se vê só forças externas mostram que aqui se confunde a trama local como aspiração do conjunto e não de uma fração da sociedade e expressa no poder constitucionalmente constituído. O que deveria ser rotina é aqui atípico, transgressor da solidariedade interna e daí a perplexidade dos atores que veem nisso tudo a expressão do insólito e do incabível com essa diligência do Gaeco em cima de tumultuária concorrência no Tribunal de Contas.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Criado Fórum Nacional do Poder Judiciário para combater o tráfico de pessoas

24 JUN 2014

O monitoramento e a efetividade das demandas relacionadas ao tráfico de pessoas no Poder Judiciário passará a ser feito por um Fórum Nacional. O Diário de Justiça Eletrônico publicou a Resolução n. 197 do Conselho Nacional de Justiça, que cria FONATRAPE, cujo objetivo é elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial no enfrentamento do tráfico de pessoas.

O texto da Resolução foi aprovado pelo Plenário do CNJ na 191ª Sessão Ordinária, realizada na segunda-feira (16/6).

Desde 2012, o CNJ coordena e realiza eventos intitulados Simpósio Internacional para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com base em projeto inserido na Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania, do Conselho. Neste ano, o Simpósio demonstrou a necessidade da atuação do CNJ no monitoramento das demandas relacionadas ao tema. “Nos debates

do Simpósio deste ano, realizado no TRT da 1ª Região, no final de maio, percebemos a necessidade de haver um Fórum para aperfeiçoar procedimentos e propiciar efetividade aos processos judiciais, entre outras ações”, explica o conselheiro Guilherme Calmon, relator da Resolução aprovada no Plenário do CNJ.

FÓRUM

Cabe ao FONATRAPE promover o levantamento dos inquéritos e ações judiciais que tratem do tráfico de pessoas; monitorar o andamento e a solução das ações judiciais por Tribunal e propor medidas concretas e normativas para o aperfeiçoamento de procedimentos e o reforço à efetividade dos processos judiciais, incluindo a implantação e modernização de rotinas, organização, especialização e estruturação dos órgãos competentes de atuação do Poder Judiciário.

Liminar proíbe greve de servidores da educação federal

O ministro Napoleão Nunes Maia Filho, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), determinou que o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) e a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (Fasubra) se abstenham de realizar qualquer paralisação de atividades que afete as universidades, os institutos federais de ensino e o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

A liminar concedida pelo ministro vale para todo o território nacional e determina o retorno imediato dos funcionários ao trabalho, sob pena de multa diária de R\$ 200 mil. Nessa terça-feira

(17), o STJ comunicou a decisão às entidades.

O ministro também proibiu a adoção de práticas que representem cerceamento à livre circulação de pessoas, sejam colegas do serviço público, autoridades ou usuários. “Proíbo a realização de quaisquer bloqueios ou empecilhos à movimentação das pessoas no desempenho de suas atividades normais e lícitas”, afirmou Maia Filho, considerando que o movimento grevista configura claro abuso do direito de reivindicar.

Ele conclamou a administração pública a apressar o diálogo com as entidades sindicais, visando à rápida solução do conflito.

24 JUN 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Supremo declara inconstitucionalidade de normas sobre número de deputados

Por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucionais a Resolução TSE 23.389/2013, que definiu o tamanho das bancadas dos estados e do Distrito Federal na Câmara dos Deputados para as eleições de 2014, e a Lei Complementar (LC) 78/1993, que autorizou a corte eleitoral a definir os quantitativos.

Todos os processos discutiam o mesmo tema. As ADIs 4947, 5020, 5028 e 5130, relatadas pelo ministro Gilmar Mendes, e as ADIs 4963 e 4965, relatadas pela ministra Rosa Weber, questionavam a alteração do número de deputados federais representantes dos estados e do Distrito Federal e o número de parlamentares estaduais, realizada por meio da Resolução 23.389/2013, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), editada com base na Lei Complementar 78/1993, que trata da delegação à Justiça Eleitoral para fixar os quantitativos. A ADC 33, também relatada pelo ministro Gilmar, tinha o objetivo de declarar válido o Decreto Legislativo 424/2013, do Congresso Nacional, que sustou os efeitos da resolução do TSE.

Por maioria, o Plenário seguiu o entendimento da ministra Rosa Weber no sentido da inconstitucionalidade das normas, julgando procedente todas as ADIs. Quanto à improcedência da ADC 33, a decisão foi unânime. A modulação dos efeitos da decisão deve ser feita na próxima sessão, de modo que a proclamação do resultado final ainda é provisória.

24 JUN 2014

GAZETA DO POVO

Suspeitos de fraude em licitação do TC deixam a prisão

Cinco envolvidos nas denúncias de irregularidades foram soltos ontem.

Coordenador-geral do Tribunal de Contas está em liberdade desde a sexta-feira

Guilherme Voitch

! Cinco suspeitos de participação em um esquema que teria fraudado a licitação para construção de um prédio anexo ao Tribunal de Contas do Paraná (TC) deixaram ontem a Penitenciária Estadual de Piraquara (PEP II), na Região Metropolitana de Curitiba. Na última sexta-feira, o coordenador-geral do TC, Luiz Bernardo Dias Costa, já havia deixado a prisão mediante pagamento de fiança no valor de R\$ 18 mil. De acordo com o advogado de Costa, Roberto Brzezinski, o coordenador foi solto após concordar com a condição de se afastar temporariamente de suas funções no tribunal.

Com isso, as seis pessoas presas no caso já foram soltas. Entre elas está Edenilso Rossi, proprietário da Sial Engenharia, vencedora da licitação para executar a obra

em Curitiba pelo valor de R\$ 36,4 milhões. Ele foi detido na quarta-feira no momento em que teria pago R\$ 200 mil para Costa, em operação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), órgão vinculado ao Ministério Público Estadual (MP). Para o MP, o dinheiro seria pagamento de propina.

Além de Rossi, estavam presos temporariamente um filho dele, um funcionário do departamento financeiro da construtora, o ex-deputado estadual e ex-funcionário do TC David Cheriegate e uma pessoa que seria ligada a Cheriegate.

Licitação

No domingo, reportagem da Gazeta do Povo mostrou que a licitação por "menor preço" vencida pela Sial teve cinco participantes desqualificados. Um deles, a construtora catarinense Espaço Aberto, apresentou a menor proposta, de R\$ 33,9 milhões, mas foi descartada porque o TC considerou que a oferta da empresa era "inexequível".

Depois da acusação do Gaeco, o TC suspendeu a licitação até que sejam apuradas as suspeitas. O tribunal ainda afirmou em nota que as obras não haviam sido iniciadas e que nenhum recurso público foi repassado à construtora.

Defesa

A reportagem não conseguiu localizar os advogados dos demais suspeitos. Na última quinta-feira, o Gaeco efetuou cinco mandados de conduções coercitivas de funcionários do TC, que foram levados a prestar depoimento sobre o caso, mesmo contra a vontade. O órgão não forneceu mais informações, já que o caso corre sob sigilo de Justiça.

R\$ 36,4
MILHÕES

foi o valor da proposta da Sial Engenharia para executar a obra de um anexo ao Tribunal de Contas em Curitiba.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

TESOUREIRO

**Empresário acusado
de pagar propina pede
desfiliação do PSD**

24 JUN 2014

Taiana Bubniak

A executiva estadual do PSD anunciou ontem que recebeu o pedido de desfiliação de Ednilso Rossi, proprietário da construtora Sial e tesoureiro do partido no estado. Rossi é suspeito de envolvimento no esquema que teria fraudado uma licitação do Tribunal de Contas do Paraná. A cúpula do partido aceitou a solicitação e indicou o ex-secretário estadual de Esporte Evandro Rogério Roman para o cargo. Rossi concorreria ao cargo de deputado federal pela sigla. Ele estava filiado ao PSD há pouco mais de um ano e era presidente da sigla em São José dos Pinhais.

Medidas

O informe pelo qual Rossi pedia a desfiliação foi recebido pela executiva do partido quando o grupo já discutia quais medidas tomaria com relação ao filiado. A cúpula avaliava ontem se a comissão de ética do PSD seria acionada ou se aguardaria a decisão judicial. O partido evita falar sobre o caso.



**Rossi concorreria ao cargo de
deputado federal pela sigla.**

24 JUN 2014

GAZETA DO POVO

RECURSOS

STF julga amanhã trabalho externo de condenados do mensalão

O Supremo Tribunal Federal (STF) incluiu na pauta de julgamentos da sessão de amanhã recursos de José Genoino, José Dirceu, Delúbio Soares, Romeu Queiroz e Rogério Tolentino, condenados no mensalão. Os processos, relativos à execução da pena, estão sob a relatoria do ministro Roberto Barroso – o ministro Joaquim Barbosa decidiu se afastar da relatoria de todos os processos vinculados ao mensalão. Ex-presidente do PT, José Genoino recorre de decisão de Barbosa, que negou prisão domiciliar ao petista e determinou que ele voltasse ao presídio da Papuda (DF) para cumprir sua pena. A defesa alega “alto risco” à saúde de Genoino. A defesa de José Dirceu pede que o ex-ministro seja autorizado a exercer trabalho externo. Já o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, o ex-deputado Romeu Queiroz e o advogado Rogério Tolentino recorrem de decisão de Barbosa que revogou o direito dos réus ao trabalho externo. Os pedidos dos condenados têm respaldo de parecer favorável do procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Marcos Valério recorre ao STF para pagar multa com dinheiro bloqueado

O advogado Marcelo Leonardo enviou na sexta-feira um recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que o publicitário Marcos Valério, condenado no processo do mensalão, possa usar recursos bloqueados pela Justiça para pagar a multa de R\$ 4,4 milhões que lhe foi imposta. Na primeira vez que o pedido foi feito, o presidente do STF, Joaquim Barbosa, decidiu que os recursos bloqueados não poderiam ser usados ao pagamento de multas. Segundo Barbosa, como Valério foi condenado sem a possibilidade de recurso por diversos crimes, ficou demonstrado que obteve bens através da prática criminosa.

NOTAS Políticas

Mais obras

O Tribunal de Justiça abre hoje envelopes de licitação para obras de engenharia no fórum de Guarapuava. O preço máximo estabelecido para a concorrência é de R\$ 1 milhão.

24 JUN 2014

GAZETA DO POVO

Prisões foram ilegais, dizem advogados

Carolina Pompeo,
especial para a Gazeta do Povo

■ No dia da partida entre Espanha e Austrália, ontem, em Curitiba, não houve registro de depredações na cidade — diferentemente do que ocorreu no dia 16 (segunda-feira), quando 11 pessoas foram detidas durante ato contra a Copa do Mundo que terminou com danos a três agências bancárias. Liberados na noite de quarta-feira (18), após 48 horas presos no 1.º Distrito Policial, os manifestantes permanecerão em liberdade provisória até o julgamento. A Polícia Civil dispõe de um prazo de 30 dias para concluir as investigações e encaminhar o inquérito à promotoria, que deverá denunciar os envolvidos por dano ao patrimônio público e privado.

De acordo com o advogado Thiago Marciano de Andrade, representante de um dos manifestantes, houve ilegalidade na manutenção da prisão, porque a autoridade policial tem competência para arbitrar fiança nos casos em que se prevê pena máxima de quatro anos para o delito — caso de dano ao patrimônio. “Para permanecer preso, deveria haver comprovação de associação para a ação criminosa”, explicou.

A Defensoria Pública, que assumiu a defesa da maioria dos manifestantes, também alegou inexistência de motivos para sustentar a prisão preventiva e ilegalidade na prisão em flagrante. Em declarações à imprensa, a delegada responsável pela autuação, Mônica Meister, afirmou que optou por não arbitrar fiança por entender que a liberação dos detidos representava risco à população.

Por meio de nota, o Centro Integrado de Controle e Comando Regional (CICCR) negou que as prisões tenham a intenção de reprimir novas manifestações e disse que, ao contrário, visam a garantir a continuidade pacífica dos atos. O CICCR reforçou que a participação dos detidos nas depredações é evidente e comprovada por meio de filmagens que serão encaminhadas para análise do Poder Judiciário.

MANIFESTANTES

Jovens presos negam ações de vandalismo

Embora a defesa ainda não tenha tido acesso às imagens que comprovariam a participação dos manifestantes nas depredações, os jovens detidos afirmam que não tiveram envolvimento nas ações.

Rodrigo*, 19 anos, é estudante de Direito em uma universidade particular. Ele conta que acompanhava a manifestação de segunda a distância. De acordo com Rodrigo, quando a viatura da Rotam o abordou, com mais três amigos, o grupo já estava longe dos manifestantes. “Fiquei com a sensação de que seríamos o exemplo para os outros. Quando fui prestar depoimento, por volta das 4 horas da manhã, a delegada já estava com a papelada da prisão preventiva pronta”, diz. Segundo ele, o vandalismo prejudica o movimento e reduz o número de participantes.

Juliano*, 20 anos, estuda Filosofia em uma universidade pública. Apesar de afirmar que milita sem vínculo com nenhum grupo de protesto — “Anonymous é uma ideia e black bloc é uma tática, não são grupos”, explica —, na segunda-feira foi um dos convocados a depor na Polícia Federal sobre envolvimento com grupos organizados. Ele foi abordado pela Rotam junto com Rodrigo. “Alguns policiais nos diziam que iam nos colocar em celas com mais de 20 presos; que não seríamos liberados”, conta.

* Nomes fictícios

24 JUN 2014

O ESTADO DE S. PAULO TRF mantém suspensão da 12ª rodada de licitações da ANP

Em despacho, juiz que negou o recurso da agência diz que 'não se pode atropelar o meio ambiente'

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com sede em Porto Alegre, manteve a decisão da Justiça Federal do Paraná que suspendeu os resultados da 12.ª rodada de licitações realizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP) em novembro. A ANP teve negado o recurso no qual argumentou que haveria prejuízo de R\$ 195 milhões com a suspensão dos investimentos previstos para os 11 blocos questionados judicialmente. A assinatura dos contratos, prevista para o dia 30, também foi suspensa.

A decisão atende a pedido do Ministério Público Federal (MPF) de Cascavel, que questionou a permissão da ANP para exploração de gases não convencionais na região da Bacia do Paraná, no oeste do Estado. A procuradoria entende que não há estudos suficientes dos impactos ambientais e sociais da exploração do gás de xisto na região ocupada por comunidades indígenas e quilombolas.

No despacho, publicado na sexta-feira, o desembargador federal Cândido Alfredo Leal não se posiciona sobre a legalidade da exploração. Mas pondera que, apesar dos impactos econômicos alegados pela ANP, "não se pode atropelar o meio ambiente". "A intervenção econômica deve ser bem dimensionada e prevista, evitando situações de açodamento que venham em detrimento do meio ambiente, da economia local, da saúde das populações."

No recurso, a ANP alegou que a ação deveria ser julgada no Rio e considerou a suspensão "desproporcional" por causa do prejuízo à assinatura dos contratos já agendados. "A decisão causa dano imediato à economia ao adiar o pagamento do bônus de assinatura no valor total de mais de R\$ 21 milhões e atrasar investimentos da ordem de R\$ 174 milhões para execução do programa exploratório mínimo."

A agência também informou à Justiça que publicou, em abril, regulamentação para o uso da técnica de fraturamento hidráulico, indicada para a extração de gás de xisto. A regulamentação condiciona a exploração a critérios de segurança operacional e estudos de impacto ambiental. O uso da técnica, questionada internacionalmente pelos riscos ambientais, era um dos alvos da crítica do MPF.

A procuradoria argumentou que as áreas licitadas abrangiam o Aquífero Guarani, um dos maiores do País, terras indígenas e quilombolas. As acusações foram negadas pela ANP. No recurso, a agência diz que as áreas licitadas fazem um "recorte" nas regiões ocupadas./ A.P.

• Consequências

11

blocos da 12ª rodada foram questionados judicialmente

R\$ 195 mi

é o prejuízo alegado pela ANP pela suspensão de investimentos previstos

24 JUN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Respaldo jurídico

Quem passou domingo pela Granja Comary para desejar boa sorte a Felipão foi seu amigo Gilmar Mendes, do STF.

Um dos filhos do técnico da seleção brasileira é advogado e fez a ponte há tempos.

24 JUN 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Tribunais suspendem prazos em dias de jogos da seleção

Os tribunais de Justiça nas 12 cidades sedes da Copa do Mundo ajustaram os horários de funcionamento nos dias de jogos da seleção brasileira, desde o início da competição. Os prazos processuais foram suspensos e automaticamente prorrogados para o dia útil seguinte. Nessas cidades, durante os jogos, os plantões judiciários foram reforçados para atender demandas

consideradas urgentes. Quando houver expediente, este só ocorrerá durante as manhãs.

Os plantões judiciários foram instalados o mais próximo dos estádios. Os juizados especiais instalados nos estádios analisarão casos da área criminal, da infância e da juventude ocorridos dentro das arenas esportivas. A estrutura conta com dois juízes e quatro servidores.

Suspeitos de fraude no TCE-PR deixam a prisão

Os cinco suspeitos de participação em um esquema para fraudar uma licitação do Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR), que estavam presos na Penitenciária Estadual de Piraquara II (PEP II), foram soltos nesta segunda-feira (23). O coordenador-geral do Tribunal, Luiz Bernardo Dias Costa, que também é suspeito de participar da irregularidade havia sido solto



Rossi é acusado de corromper o diretor do TCE

na sexta-feira (20), após pagamento de fiança. As prisões foram solicitadas pelo Gaeco.

Prisão

Costa foi detido por uma equipe do Gaeco, no momento em que recebia R\$ 200 mil. O dinheiro era entregue por Ednilso Rossi, ligado à construtora Sial Engenharia e Construção, que também chegou a

ser preso. O montante, de acordo com as investigações, pode ser o pagamento de uma propina por fraude no processo licitatório para a construção de um prédio anexo ao TCE-PR, orçado em mais de R\$ 30 milhões. A Sial Engenharia foi a vencedora da licitação. Para conseguir a liberdade, além de pagar a fiança, Costa foi afastado da função pública.